



SISTEMA PRISIONAL

Faltam dados sobre filhos de detentos

Levantamento realizado pelo **Correio** aponta para a falta de informações no sistema penitenciário brasileiro. Estados e o Distrito Federal não compilam quantos homens se tornam pais após o encarceramento

» EDUARDA ESPOSITO

Ed Alves/Esp. CB



No Brasil, não se quantifica o número de homens encarcerados que se tornam pais durante o cumprimento de suas penas. O **Correio** solicitou dados sobre esse fato e nenhum dos 26 estados e o Distrito Federal fazem esse tipo de monitoramento.

A apuração trouxe à luz a falta de informações mais completas dos sistemas penitenciários brasileiros, principalmente após a prisão.

Nacionalmente, os dados disponíveis são de quantos presos recebem o auxílio-reclusão, ou mulheres gestantes durante a reclusão. Para o advogado penal, constitucional e direito do consumidor Ilmar Muniz, a falta de dados claros sobre a situação familiar dos detentos é preocupante. “A ausência de dados é um grave problema que compromete não apenas a ressocialização do apenado, mas também o desenvolvimento de políticas públicas eficazes”, destacou.

“Sem essas informações, é impossível dimensionar corretamente quantas crianças ficam sem assistência paterna ou materna, quantas famílias são empurradas para a vulnerabilidade social e quais medidas poderiam ser adotadas para minimizar esses danos. Além disso, prejudica a formulação de políticas que incentivem o fortalecimento dos vínculos familiares, fator essencial para reduzir a reincidência criminal”, afirmou.

Situação delicada

Embora faltem dados precisos de quantos pais pós-encarceramento existem no país, o que se tem estudado nos últimos anos é

Únicos dados disponíveis nacionalmente são de quantos presos recebem o auxílio-reclusão, ou mulheres gestantes durante a reclusão

o efeito de ter um dos pais presidiários causa na criança e adolescente. A psicóloga Cláudia Melo ressaltou que o sofrimento que alguns jovens sentem é devastador nessas situações. “A prisão de um pai ou uma mãe representa para a criança ou adolescente uma ruptura no vínculo primário, gerando angústia, culpa e sentimentos de desamparo”, explicou.

Segundo ela, Freud destaca a importância dessas primeiras relações na constituição psíquica. “A ausência dessa função simbólica pode levar a dificuldades na formação da identidade, na

internalização da lei e no manejo das emoções, podendo resultar em comportamentos de transgressão ou sintomas psíquicos como ansiedade e depressão”, disse.

Melo destaca, ainda, que a situação de ter um dos genitores presos pode causar o risco de haver repetição transgeracional. “A experiência da prisão se inscreve no psiquismo das crianças, influenciando sua trajetória futura. Os sinais de sofrimento psíquico variam conforme a idade e podem incluir regressões, irritabilidade, isolamento ou comportamentos de risco”, avaliou.

“A escuta, o acolhimento e a manutenção dos vínculos são fundamentais para minimizar os impactos emocionais. O suporte familiar, social e psicoterapêutico é essencial para que a criança possa elaborar essa perda e ressignificar sua experiência traumática”, indicou a psicóloga.

Já do lado da parceira, que acaba engravidando do companheiro após a sua privação de liberdade, o psicanalista e professor sênior da Associação Brasileira de Psicanálise Clínica (ABPC), Artur Costa, afirma que pode ser uma forma de vínculo afetivo. “A decisão de engravidar de um

parceiro encarcerado pode ter diferentes motivações psicológicas e emocionais.”

Para algumas mulheres, ele avalia que a gravidez pode representar um vínculo afetivo e simbólico, “funcionando como uma forma de manter a relação viva apesar da distância e da privação da convivência”. “Em alguns casos, pode haver uma idealização da relação, em que a prisão é vista como um obstáculo temporário, e a gravidez surge como um projeto de vida que reforça a conexão entre o casal. Além disso, para algumas mulheres, a maternidade pode ser uma tentativa

de suprir carências emocionais ou um desejo de reafirmação da presença do companheiro em suas vidas”, destacou.

O que diz a lei

De acordo com o advogado penal, Ilmar Muniz, mesmo que a criança nasça depois do encarceramento do pai, ela tem direito ao auxílio, desde que seja reconhecida como dependente legal. “É bacana falar que, se a criança for reconhecida judicialmente após o nascimento, o benefício pode ser solicitado e pago retroativamente à data do nascimento. Além disso, a criança pode ter direito a outros benefícios, como a inclusão em programas assistenciais e sociais, dependendo da renda da família”, explicou.

O advogado Fernando Viggiano, por sua vez, acredita que ainda há lacunas normativas que podem gerar insegurança jurídica nessa questão, “especialmente no que tange à comprovação da dependência econômica para fins de concessão de benefícios”. “A jurisprudência tem avançado no sentido de assegurar a proteção social aos dependentes do preso, mas a dificuldade de acesso à documentação exigida pelo INSS e a morosidade nos processos administrativos e judiciais são entraves recorrentes”, avaliou.

Viggiano ressaltou, ainda, a falta de uma regulamentação específica sobre acompanhamento e direitos da família. “Há desafios relacionados à ausência de regulamentação específica sobre o acompanhamento familiar e os direitos dos filhos nascidos após a prisão do pai, o que leva a decisões casuísticas e, consequentemente, a uma insegurança jurídica na efetivação desses direitos”, afirmou.

INDÍGENAS

ATL termina sem a presença de Lula

» FERNANDA GHAZALI*
» IAGO MAC CORD*

O Acampamento Terra Livre (ATL) deste ano contou com cerca de nove mil indígenas de mais de 200 etnias, reunidos na Capital Federal. Ao longo dos dias de evento, plenárias e marchas cobraram do Executivo menos morosidade em relação às necessidades dos povos. Entre as demandas, os povos originários reivindicam educação e saúde adaptadas para suas culturas e conhecimentos ancestrais, preservação ambiental e combate à crise climática e, especialmente, demarcação de terras.

Pela primeira vez desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nenhuma nova terra indígena (TIs) foi homologada pelo governo durante a realização do evento, que não contou com a presença do petista.

Promessa de campanha, a demarcação tem sido um assunto polêmico. Ao longo dos dois primeiros anos de governo, apenas 13 áreas foram homologadas, diante do compromisso de 14

homologações nos 100 primeiros dias de mandato. Em 2023, foram homologadas oito áreas indígenas. Em 2024, no entanto, o número caiu para cinco.

Durante o ATL, o clima era de descontentamento com o Executivo. Em uma plenária voltada para debater a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade, a liderança indígena Paulino Montejo, da etnia Maia, da Guatemala, ex-assessor da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), acusou o governo de descaso com os povos originários.

O ambientalista, historiador indígena e professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Edson Kayapó, afirmou que a culpa não deve ser colocada em cima da equipe indígena histórica que está à frente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

“Eu sei que a Sônia Guajajara (ministra) fica de mãos atadas, porque é um ministério que não tem

MAURO PIMENTEL / AFP



Indígenas Munduruku participam de manifestação durante o Acampamento Terra Livre, em Brasília

orçamento, ou que tem um orçamento tão baixo, que não dá para fazer quase nada. A Funai também está com uma série de problemas. E afim de nós temos a bancada que a gente chama de BBB, que é da boiada, da bala e da Bíblia. A bancada ruralista, evangélica, e que é absolutamente anti-indígena”, lamentou.

Orçamento

Em 2025, o orçamento disponibilizado para a pasta é de R\$ 664,3

milhões — o menor valor do terceiro ano de governo —, um investimento baixo se comparado com outros ministérios, como o de Minas e Energia (R\$ 81,48 bilhões) e da Agricultura e Pecuária (R\$ 8,62 bilhões) — os que mais causam conflitos com os povos originários. A Funai também se encontra na mesma média orçamentária do MPI, com R\$ 624,6 milhões previstos para 2025.

Para Kayapó, não se pode esperar mudanças profundas em curto prazo. “Eu não acredito,

sinceramente, que uma gestão de quatro anos conseguirá corrigir toda essa política de genocídio, de epistemicídio, de etnocídio. Estou falando de problemáticas que são históricas, e aí tem questões de limitações de poder político e de poder econômico”.

A liderança indígena Tereza Arapium, do povo Arapium do Pará, avaliou que, apesar do atual governo ser um grande avanço na luta pelos direitos indígenas, ainda é preciso cumprir com a promessa de demarcação dos

territórios. “Todos os dias indígenas morrem, e não é justo que tenham que morrer por causa de um pedaço de terra”, afirmou. Para ela, a promessa não envolve apenas números, mas vidas.

O sentimento foi compartilhado, também, pelo cacique Fábio Pataxó, da Terra Indígena Ponta Grande, na Bahia. Ele reconheceu avanços importantes, como a criação do MPI, e a presença de lideranças nos espaços de poder. Para ele, seus direitos são inegociáveis. “Resistimos 525 anos, não é agora que vamos desistir. Nós somos natureza: quando nos cortam, a gente brota. A gente sempre vai resistir para existir”, afirmou.

Kayapó ressaltou, ainda, que a demarcação é uma política ambiental urgente. “Pensar em demarcar território indígena nesse momento de crise climática não é uma política voltada somente para os povos indígenas. O planeta está desequilibrado, nós estamos num momento de emergência climática. As pessoas estão com medo de morrer”, disse. Procurados, o Ministério dos Povos Indígenas, a Funai e o Planalto não se posicionaram sobre as queixas ouvidas pelo **Correio** ao longo dos dias do acampamento. O espaço segue aberto para manifestações.

* Estagiários sob a supervisão de Rafaela Gonçalves